



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000313-20.1998.815.0201

ORIGEM: 2ª Vara da Comarca de Ingá/PB

RELATOR: Juiz Ricardo Vital de Almeida, convocado para substituir a Desª Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

APELANTE: Estado da Paraíba

PROCURADOR: Paulo de Tarso Cirne Nepomuceno

APELADO: Oscar Cavalcante de Farias

ADVOGADO: José Wilson da Silva Rocha

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. INTERPOSIÇÃO SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE 1973. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 02 DO STJ. APELO APRESENTADO ALÉM DO PRAZO DE QUINZE DIAS. INTEMPESTIVIDADE RECONHECIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça." (Enunciado Administrativo nº 2/STJ).

2. "O prazo para interpor apelação é de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte à publicação da sentença, nos termos do art. 522 do CPC, de modo que o recurso que ultrapassar esse lapso temporal deve ter seu seguimento negado com arrimo no art. 557 da Lei Processual Civil. Vistos etc." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº

00033030920158150000, Relatora: Des^a MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA, j. em 05-11-2015)

3. Intempestividade reconhecida, com a consequente inadmissibilidade recursal. Inteligência do art. 932, III, do CPC/2015.

Vistos etc.

ESTADO DA PARAÍBA interpôs apelação cível contra OSCAR CAVALCANTE DE FARIAS, buscando reformar sentença (f. 116/117v) do Juízo da 2ª Vara da Comarca de Ingá/PB, que extinguiu execução fiscal por si ajuizada.

O recorrente, em síntese, aduziu que “a prescrição intercorrente não aconteceu no caso em tela, haja vista que o ora apelante não teve ciência da suspensão do feito por um ano nem foram abertas vistas ao exequente, após a decisão de suspensão, atos necessários para posterior caracterização da prescrição intercorrente” (f. 119).

Contrarrazões às f. 129/148.

Parecer ministerial sem manifestação meritória (f. 153).

O Estado da Paraíba foi intimado, nos termos do art. 10 do NCPC, para se manifestar sobre a eventual intempestividade recursal, tendo deixando transcorrer o prazo *in albis* (f. 157/158).

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Interposto o recurso sob a égide do CPC/1973, devem-se-lhe ser aplicadas as regras do antigo *Codex* e as interpretações então dadas pelo STJ, consoante dispõe o Enunciado Administrativo nº 02/STJ, cuja redação estabelece:

Enunciado administrativo nº 2 - Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Fincado nessa premissa hermenêutica, entendo que a apelação cível não pode ser conhecida.

O ESTADO DA PARAÍBA, em 27/03/2015 (f. 117v), foi intimado pessoalmente da sentença que extinguiu a execução fiscal por si proposta.

O prazo recursal de **trinta dias**, portanto, fluiria de 30/03/2015 a 28/04/2015.

Contudo o apelo foi apresentado no dia **29 de junho de 2015** (f. 117v), sendo, portanto, intempestivo.

Assim, em razão da manifesta intempestividade, **não conheço da apelação cível**, o que faço com base no art. 932, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Intimações necessárias.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, 14 de março de 2017.

Juiz Convocado RICARDO VITAL DE ALMEIDA
Relator